O LUGAR DE FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

Andréa da Silva Rosa[1], Regina Maria de Souza[2]

[1]Centro de Estudos e Pesquisa em Reabilitação Prof. Gabriel porto. – CEPRE – Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) –Caixa Postal: 6111 - CEP: 13084-971 - Campinas-SP.
e-mail: **andrearosaz@uol.com.br**
[2]Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Av. Bertrand Russel, 801 – CEP: 13083-865 – Campinas – SP
e-mail: **resouza@unicamp.br**

Abstract: The Sign Language Interpreter (SLI) was not until recently regarded as a professional, that is, he or she did not use to be remunerated for their work. The history of the composition of the SLI has merged with the history of sign language itself. However, the sign language interpreters have visibly opened up for the theorization of their practice. A greater concern with science and education can be found in the answers of six out of the seven subjects interviewed for this research. One of the hypotheses to explain this desire for formal education is that by theorizing about the interpretative act itself, the SLI is allowed to go from empiricism to science, and from science to professionalism, or visibility. There is no resistance against theoretical education; on the contrary, the sign language interpreters look forward to the time when those courses will be offered all over the country. This empiric action, which nowadays predominates in the activities of Sign Language Interpreters, was experienced by Brazilian translators until university graduation courses started in 1968. For the Sign Language Interpreters, among whom I include myself, it is the beginning of a long journey in search of the visibility of our task.

Keywords: sign language interpreter, education, visibility, translation.

Resumo: O ILS até pouco tempo não era considerado como profissional, ou seja, não era remunerado em qualquer situação, a história da composição do ILS se embaralha com a própria história da língua de sinais. Entretanto tem havido por parte dos ILS, uma visível abertura para a teorização sobre a sua prática. A preocupação com o científico, com a formação, é evidenciada nas respostas de seis dos sete sujeitos entrevistados da pesquisa. Uma das hipóteses para explicar o desejo da formação é que, ao teorizar sobre o ato interpretativo permite ao ILS passar do empirismo à ciência e da ciência à profissionalização ou visibilidade. Não há resistência quanto a uma formação teórica: pelo contrário, existe uma ansiedade para que tais cursos se iniciem pelo País. Essa atuação empírica, que atualmente predomina na atividade do intérprete de língua de sinais, foi vivenciada pelos tradutores brasileiros até que se iniciassem cursos de formação universitária em 1968. No caso dos ILS, nos quais me incluo, estamos no começo de uma longa jornada em busca da visibilidade de nossa tarefa.

Palavras chaves: intérprete de língua de sinais, educação, visibilidade, tradução.

Até há pouco tempo, o intérprete de língua de sinais (ILS) não era considerado um profissional e, portanto, era comum que o ressarcimento de suas despesas ou a remuneração de seus serviços não fosse uma matéria de discussão entre as partes envolvidas (o surdo ou o ouvinte, de um lado, e o intérprete, de outro). Em 2002, com o reconhecimento da língua brasileira de sinais como "meio legal de comunicação e expressão" entre as pessoas surdas e entre elas e aquelas ouvintes (Lei n. 10.436; 24/04/2002), o papel do ILS e a necessidade de se pensar sua formação passam a ser temas obrigatórios nas discussões sobre os princípios e condições que deveriam fundar o processo de regulamentação da referida lei.

Historicamente, como se sabe, o principal espaço de aprendizagem da língua de sinais foi – e tem sido – o da instituição religiosa. Em geral, são pessoas interessadas, inicialmente, na catequese da pessoa surda que se empenham em aprender os sinais. Todavia, à medida que, dentro das igrejas, estabelecem relações de amizade e solidariedade com os surdos, passam a serem solicitados por eles para ajudá-los em situações das mais diversas - desde a interpretação de depoimentos em processos jurídicos até a de consultas médicas. Esse envolvimento confere à prática tradutória um traço de assistencialismo ou de cumplicidade fraterna, o que, circularmente, acaba por manter o serviço do intérprete em um *locu*s outro que não o do profissional.

Além do espaço religioso, muitos intérpretes adquirem a língua de sinais na convivência com as pessoas surdas em suas associações e/ou espaços sociais de circulação. Em geral, da mesma forma que na situação anterior, acabam por estabelecer relações de amizade ou de afetividade com os surdos.

Um outro aspecto digno de nota é que, diferente do tradutor de línguas orais, que não precisa estar presente para que o produto de sua tradução seja acessível a terceiros ao longo dos anos, o ILS deve sempre estar (no) presente e em uma posição em que seja visível, pois a língua de sinais se apresenta numa modalidade visual-gestual e sua forma escrita ainda é pouco difundida. Sendo assim, o ato interpretativo só pode acontecer na presença física do ILS.

Segundo Veras (2002), é tradicionalmente aquele que faz uma tradução ao vivo, usando a voz ou o gesto, de corpo presente, **representando** como no teatro.

> *O prefixo INTER, na palavra intérprete, significa o que está entre uma língua e outra, pondo essas línguas em relação, criando uma afinidade entre elas. Os gestos da intérprete constroem o sentido do que digo; e ela depende disso que digo para sua construção, assim como dependo de seus gestos para que esta fala sobreviva. (VERAS, 2002).*

O ILS viabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, identificando-se com o orador, exprimindo-se na primeira pessoa, sinalizando e representando suas idéias e convicções, buscando imprimir-lhes similar intensidade e mesmas sutilezas que as do enunciados em português oral.

Com objetivo de discutirmos alguns dilemas vividos pelos intérpretes de língua de sinais, traremos, para o presente trabalho, fragmentos de entrevistas realizadas com intérpretes de língua de sinais. Os pesquisados são: cinco mulheres e dois homens. Pertencem aos Estados: Ceará (1), Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (1), São Paulo (2), Mato Grosso do Sul (1) e Rio Grande do Sul (1). Alguns deles dão formados em: pedagogia (2), Odontologia (1), Letras (1), Educa Física (1); dos outros dois, um cursa Comunicação Social e outro havia concluído o Ensino Médio.

Vale esclarecer que todos os entrevistados tornaram-se intérpretes no exercício da atividade junto à comunidade surda da qual participam. Um dos objetivos da entrevista foi o de verificar como os ILS, de diferentes localidades do Brasil, entendiam sua formação e a relação com as comunidades surdas. Somente um dos entrevistados considerou que, para se tornar um bom intérprete, o contato com a comunidade surda seria suficiente; dois responderam ser importante o contato com a comunidade surda, mas só isso não bastaria para se tornar um bom intérprete; os outros três responderam categoricamente que é essencial ter formação teórica para se tornar um bom intérprete. Segundo E., um intérprete da cidade do Rio de Janeiro,

> *Um bom conhecimento da comunidade surda e convivência com a mesma são requisitos necessários para o bom desempenho do ILS, mas não deve parar por ai. O ILS deve estar em constante reciclagem, buscar aperfeiçoamento acadêmico, fazer cursos (teatro,..), sempre que possível participar de congressos e eventos com temas relevantes ao meio que está inserido.*

Como não há formação específica para intérpretes no País, a solução encontrada por vários intérpretes é a de participar de eventos acadêmicos relacionados ao tema da surdez e, mais especificamente, à educação de surdos. Nessas ocasiões, o ILS encontra espaço para "aperfeiçoar-se" tanto porque encontra outros intérpretes – e com eles pode trocar conhecimentos – como porque questões relacionadas à interpretação têm sido objeto de discussão acadêmica nesses eventos e, assim, pode ter acesso aos estudos que vêm sendo empreendidos em sua área de atuação.

Estar em constante reciclagem *é* condição tida para os entrevistados como fundamental e até mesmo uma necessidade para desenvolver bem o seu trabalho. Essa reciclagem envolveria uma série de conhecimentos, tais como: estar atualizado quanto aos acontecimentos sociais; dominar novas expressões da língua portuguesa; conhecer o jargão da informática, da medicina e outros tantos; aprender novos sinais, principalmente na convivência com surdos universitários; e, se possível, conversar com surdos de outras regiões durante os congressos a fim de conhecer e dominar sinais regionais.

Essa necessidade também é observada por parte dos tradutores que trabalham com dublagem:

> *O tradutor precisa agir como esponja, guardando em si tudo o que acontece ao seu redor. Na minha área especificamente, não existe a chamada "cultura inútil", absolutamente tudo é útil e deve ser considerado. Um bom tradutor de legenda e dublagem assiste a desenhos, lê jornal não só em português, mas também no idioma do qual traduz, lê revistas científicas nos dois idiomas, bula de remédios e até rótulo de detergente, e a justificativa para essa afirmação é que nunca podemos prever o que o personagem dirá na próxima fala: de repente ela cita Shakespeare, pode falar sobre uma personagem de desenho animado, ou então, pode discorrer sobre algum processo químico, e um bom tradutor tem de estar preparado para essas situações.* (TRINDADE, 2003, p. 184)

Resumidamente, o intérprete, assim como o tradutor, deva ter o que a primeira autora denomina *ignorância eclética*.

A necessidade de estar atento a uma ampla gama de usos das línguas em que transita também se espelha no modo como entende que deveria ser sua formação. Vários dos ILS

concordam que a formação do intérprete deveria ser igualmente ampla e contemplar conhecimentos de várias áreas de saber, conforme pode se notar no relato abaixo:

> *(...) Um embasamento teórico muito profundo é necessário, especialmente na área da Lingüística. Não precisamos ser lingüistas, mas sim possuir um sólido conhecimento teórico.*(M., intérprete do Rio Grande do Sul)

Há, por parte dos ILS, uma visível abertura para a teorização sobre a sua prática. A preocupação com a aquisição de conhecimentos científicos, que possam dar suporte à prática, é evidenciada nas respostas de seis entrevistados. Uma das hipóteses para explicar o desejo da formação é que a teoria sobre o ato interpretativo permite ao ILS passar do empirismo à ciência e da ciência à profissionalização ou visibilidade (nesse caso, a visibilidade se refere não à presença física, mas a saída da atividade interpretativa da clandestinidade ou da informalidade).

Essa atuação empírica, quer dizer, sem estar legitimada pela certificação de uma instituição de ensino, foi vivenciada também pelos tradutores brasileiros até que se iniciassem os primeiros cursos de formação universitária. De fato, mesmo que o exercício da tradução, no Brasil, já ocorra há cinco séculos (Wyler 2003), somente em janeiro de 1968 foi fundado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o primeiro curso para tradutores no Brasil. Presume-se que, até aquela data, os tradutores aprendiam traduzindo embora, como afirme Rónai (1952), a tradução seja *ainda uma arte puramente empírica, cujos segredos cada tradutor tem de redescobrir por conta própria (e às custas dos leitores*). (p.24)

Esse quadro pode ainda ser confirmado no seguinte relato de um tradutor de inglês, francês e espanhol para o português, com formação em Direito, com cerca de mil livros traduzidos desde 1972. *Quando comecei, não havia cursos de tradução. Sinto falta hoje da base teórica. Só ela nos permite organizar e sistematizar nosso conhecimento.* (LEMOS, 2003, p. 126)

A teoria nos ensina a ordenar a experiência, a recuperar uma informação valiosa e criar argumentos, principalmente, para justificar as escolhas feitas por cada intérprete, escolhas impreterivelmente diferentes de intérprete para intérprete.

No caso dos ILS, nos quais me incluo, estamos no começo de uma longa jornada em busca da visibilidade de nossa tarefa: definir o que seria um bom intérprete não é algo fácil, mas os principais requisitos que os ILS entrevistados julgaram necessários para o exercício da profissão são: competência, formação, ética, opção consciente pela profissão, dedicação, disciplina e perseverança.

> *(...)A posição de um intérprete é bem delicada. No meu caso, intérprete em sala de aula, há constantes situações que requerem muita cautela, responsabilidade, ética, parceria, conhecimentos e uma boa didática.* (M., intérprete de São Paulo).

Tais qualidades também são consideradas necessárias aos tradutores de outras línguas:

> *A tradução – muito mais que a maioria das profissões, e de maneira bastante peculiar – exige um alicerce bastante sólido e eclético. Este alicerce se baseia na língua materna, na(s) línguas estrangeiras(s), e na complexa gama de componentes dos dois universos. Perpassa áreas comuns do conhecimento e traça caminhos específicos com muitas interfaces. Mas exige , acima de tudo, empenho e persistência, observância à disciplina, preciosismo na comunicação, acuidade em relação aos detalhes, olhar alerta e observador , sempre!* (ALFARANO, 2003, P. 36)

Dessa forma, é possível observar que as qualidades necessárias aos tradutores, profissionais inscritos no campo da escrita, são semelhantes aos intérpretes de língua de sinais.

Analisando as entrevistas em sua globalidade, pudemos constar que os entrevistados entendem a reflexão teórica como imprescindível para um bom desempenho no exercício da tarefa de interpretar, sem, contudo, descartar a prática e a vivência junto à comunidade surda.

Visto que a formação foi um requisito tido como essencial ao ILS, é interessante considerar como ocorre essa formação nos Estados em que residem. Os relatos abaixo nos dão essa visão:

> *Os ILS do Rio de Janeiro, em sua grande maioria, concluíram apenas o Ensino Médio e depois fizeram um curso de LIBRAS. Esporadicamente é oferecido pela FENEIS o Curso de Capacitação Profissional do ILS. E..(RJ)*

Segundo a entrevistada, ter o Ensino Médio e apresentar um certificado de um curso de língua de sinais é o suficiente para o desempenho da profissão no seu Estado. É necessário, porém, não confundir um curso de língua de sinais com um curso de capacitação ou formação de intérpretes.

Interpretar, não é transportar significados estáveis do português para a língua de sinais ou vice-versa. Interpretar é um ato de (re)criação do português para a língua de sinais e/ou vice-versa, o que não está desvinculado da trajetória pessoal do intérprete; tampouco suas escolhas por determinados sinais durante o ato interpretativo estão desligadas de suas ideologias ou teorias, principalmente no que diz respeito à pessoa surda.

De acordo com o relato de uma das entrevistadas, M., no Rio Grande do Sul existe uma "formação" — considerada por ela como não ideal — que mascara a inexistência de uma formação de qualidade por parte dos ILS. Vejamos:

> *Comparativamente com outros Estados é muito boa, mas deixa a desejar se comparada a outros países. Temos cursos de validação: hiper-rápidos e não muito "formativos"; na verdade são mais um descarrego de consciência da comunidade surda para dar um documento aos ILS empíricos (que exercem a profissão, mas não são devidamente certificados); cursos de certificação (normalmente umas 200 horas, o que ainda é ínfimo na formação) e até alguns cursos "piratas" que surgem sem o apoio da FENEIS, sem ILS ministrantes ou os famosos cursos "de uma pessoa só" que se acha habilitada para*

formar um ILS em TODAS as áreas necessárias (megalomaníacos assim pipocam pelo País afora fazendo nome e dinheiro). M.(RS)

Para além de uma "formação" nominal, há que se definir a quem compete conferir certificação ao ILS: segundo M., seria a Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo - FENEIS; para ela, cursos sem a chancela da FENEIS não deveriam ser considerados legítimos. Em relação a esse tópico, nos surpreendeu o fato de nenhum entrevistando ter mencionado a responsabilidade da universidade nessa formação.

Por mais que o ILS afirme que a sua formação não depende de um contato em maior escala com a comunidade surda, o intérprete, em geral, ainda atrela a aceitação do seu trabalho mais ao *referendum* da FENEIS, presidida nacionalmente sempre por um surdo, do que à obtenção formal de um certificado emitido por uma universidade. Talvez porque, até o momento, ainda seja entre os surdos, em situações informais, que a aprendizagem da língua de sinais lhe seja possível.

Assim sendo, ao afirmarem a importância da FENEIS nos cursos de formação, os ILS mantêm quase que inalterada a forma assistencialista que se entende a figura do intérprete, isto é, a imagem de que ele deve ser, antes de qualquer coisa, não um profissional, mas uma pessoa amiga ou solidária com as lutas e necessidades da comunidade surda. A pergunta que fica, ainda, é a seguinte:

Como uma Federação — a FENEIS — pode dar conta de tantos requisitos teóricos, verbalizados e desejados pelos intérpretes com relação a sua formação?

Existe aqui uma ambivalência sem igual: ao mesmo tempo em que se deseja uma formação acadêmica sólida, a entrevistada do RS, pelo depoimento acima transcrito, considera a capacitação da FENEIS muito boa, ainda que seja somente para formalizar aqueles que já atuam como intérpretes de maneira empírica. Formação muito boa, segundo ela, se comparada a outros Estados brasileiros. Mas, se comparada com a formação dos tradutores e/ou intérpretes de línguas orais poderá ser considerada muito boa?

Faz-se urgente definir quem somos e assumirmos a nossa identidade de intérpretes em todas as situações, inclusive a de formação. Somos profissionais da assistência? Ou somos profissionais incluídos na categoria dos tradutores? Se optarmos pela categoria dos tradutores, é imprescindível mudarmos o nosso paradigma de formação.

O que tem acontecido em abundância é a proliferação, em todo o país, de cursos de língua de sinais. Segundo nossa opinião, há duas razões principais para essa multiplicação: 1) muitos professores têm realizado o curso de língua de sinais supondo que, com o domínio dessa língua, darão conta da inclusão do seu aluno surdo em sala de aula. Sabemos, todavia, que se o conhecimento da LIBRAS, pelo professor, é condição necessária para se iniciar uma conversa sobre inclusão, ela não é suficiente para se garantir um contexto acolhedor das/ para as diferenças. A exclusão escolar mais perversa, isto é, aquela que ocorre no interior mesmo das escolas, ocorre em contexto de pleno domínio da língua nacional por todos os participantes da comunidade escolar. Desse modo, nos parece ideologicamente perigoso o efeito ilusório que se cria com a disseminação de tais cursos (quanto mais porque a diferença de qualidade entre eles é muito grande). 2) algumas pessoas, que só possuem o Ensino Médio e atuam como intérpretes nas instituições religiosas, vêem nesses cursos uma maneira de legitimar aquilo que já fazem gratuitamente. Dessa forma, buscam encontrar um mecanismo que possa lhes franquear o exercício de sua atividade, no anseio de encontrar um emprego dentro de instituições educacionais que, atualmente, são os espaços que mais se abrem à remuneração do trabalho do ILS.

Talvez essa falta de cursos universitários explique o fato de seis dos sete intérpretes entrevistados terem considerado a formação como fundamental. Embora façam restrições a essa formação, e ainda atribuam à FENEIS o papel de endosso de sua prática, ressaltam que apenas o contato com a comunidade surda não é suficiente.

Julgamos que urge se pensar o fazer interpretativo como produto de uma formação sólida e formal, portanto, desvinculada dos espaços fraternos da comunidade surda. A nosso ver essa é outra condição necessária, ainda que não suficiente, para que a escola atenda às necessidades educacionais do estudante surdo. Dito de outro modo, tanto ele como seu intérprete têm o direito de ter acesso a um ensino de qualidade, público e gratuito; e ao estado cabe o importante dever de possibilitá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARANO, R. Entrevista. In: **Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução.** BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

DELISLE, J. e WOODSWORTH, J**. Os tradutores na história**. São Paulo: Ática, 2003.

DESLOGES, P. Observations. In: LANE, H. **The deaf experience:classics in language and education.** Translated by Franklin Philip. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.p. 28-48.

DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: FMG, 2002.

FENEIS. **O que é interprete de língua de sinais para as pessoas surdas?** Belo Horizonte/MG, 1995.

LEMOS, A B. P. de. Entrevista. In: **Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução.** BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RÓNAI, P. **Escola de tradutores.** Os Cadernos de Cultura: Ministério da Educação e Saúde.

TRINDADE, E. A Entrevista. In: **Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução.** BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

VERAS, V. **Acolhendo gestos**. I Seminário de Intérprete de língua de sinais: o intérprete na sala de aula a prática da diferença. Campinas: Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, 2002. (palestra)

WYLER, L. **Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro: ROCCO, 2003.